



ENEL TRADING BRASIL S.A.
CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Trading Brasil S.A. (ou "Companhia") submeteu à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **1. PERFIL:** A Enel Trading Brasil S.A. ("Companhia" ou "Enel Trading"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 501, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A., e tem por objetivo a comercialização, promoção de compra e venda no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em 2021, iniciaram-se as atividades no mercado de comercialização de energia, uma iniciativa que busca promover uma gestão mais otimizada do balanço energético e um aperfeiçoamento da estratégia comercial. As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A Enel Trading iniciou suas atividades de comercialização em janeiro de 2021. Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia obteve autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai. A energia importada será destinada ao mercado de curto prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, 304/2020 e 523/2021, em montantes estabelecidos pelo ONS - Operador Nacional do Sistema, no sentido de reduzir os custos de operação do SIN - Sistema Interligado Nacional. Em 2025, a Enel Trading continuou se consolidando como uma das líderes em vendas de energia para clientes finais, construindo um market share de 7,4% do mercado o equivalente a uma entrega de 2,015 MWh de energia. No mercado varejista possui um market share de 3,7%, o equivalente a uma entrega de 78 MWh de energia. A Enel Trading possui clientes em todas as regiões do país, sendo a maior parte dele do setor industrial, totalizando 65% da carteira em volume de energia, seguido respectivamente pelos setores de serviços, comércio e agro. **2. PRINCIPAIS INDICADORES:**

	2025	2024	Varição	Var. %
Volume de energia vendida (GWh)	32.377	29.424	2.953	10,0%
Quantidade de clientes (consumidores finais)	5.582	5.254	328	6,2%
Quantidade de contratos firmados (consumidores finais)	564	668	104	-15,6%
Prazo médio dos contratos (anos)	5	3	2	66,7%

	2025	2024	Varição	Var. %
Número de colaboradores próprios	108	130	(22)	-16,9%
Total	108	130	(22)	-16,9%

	2025	2024	Varição	Var. %
Ativo total	2.415.750	1.568.929	846.821	54,0%
Patrimônio líquido	(43.547)	194.609	(238.156)	-122,4%
Capital Social	60.280	54.271	6.009	11,1%
Valor patrimonial por ação (R\$)	(0,01)	0,04	(0,05)	-122,4%

3. DESEMPENHO OPERACIONAL: A quantidade de energia vendida faturada pela Enel Trading em 2025 foi de 3.607 MWh, representando um crescimento de 7% versus 2024. O aumento na energia entregue em relação ao ano anterior ocorreu pelo crescimento da venda para clientes finais e negociações com outras comercializadoras. Em relação a carteira de clientes atendidos pela companhia, o número total de consumidores finais atendidos em 2025 foi de 5.582, o aumento em relação a 2024 está relacionado ao crescimento da carteira varejista provocado pela abertura de mercado. Em relação a quantidade de contratos firmados com consumidores finais, para 2025 e os anos seguintes, foi de um total de 564, o que representa uma redução em relação ao ano anterior principalmente pela estratégia de venda a grandes clientes e foco no mercado varejista. Nos anos anteriores a empresa focou as vendas no mercado varejista, que era um mercado novo a ser desbravado e que é caracterizado por clientes de pequeno porte, o que representa uma maior quantidade de contratos. Em 2026, o desafio da Enel Trading é seguir com a estratégia de venda para consumidores, tanto grandes, quanto de menor porte e a migração dos clientes potencialmente livres que ainda estão no mercado cativo. Além do papel de gestão do portfólio para garantir a otimização dos recursos na reposição da energia não gerada, principalmente pelos fortes impactos causados pelo curtailment.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Resultado Consolidado
Valores em R\$ Mil

	2025	2024	Varição	Var. %
Receita Operacional Bruta	7.071.343	5.337.137	1.734.206	32,5%
Deduções da Receita Bruta	(769.873)	(577.265)	(192.608)	33,4%
Receita Operacional Líquida	6.302.238	4.759.872	1.542.366	32,4%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(6.713.455)	(4.640.988)	(2.072.467)	44,7%
EBITDA (1)	(405.891)	121.947	(527.838)	-432,8%
Margem EBITDA	-8,53%	2,56%	(0,11)	-4,3 p.p.
EBIT (2)	(411.217)	119.884	(530.101)	-445,9%
Margem EBIT	-8,64%	2,50%	(0,11)	-4,5 p.p.
Resultado Financeiro	12.434	32.219	(19.785)	-61,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	135.559	(50.866)	186.425	-366,5%
Lucro Líquido	(263.224)	100.237	(363.461)	-362,6%
Margem Líquida	-5,53%	2,11%	(0,08)	-3,6 p.p.
Lucro Líquido por ação (R\$)	(50)	18,98	(69)	-362,6%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização; (2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro.

A Enel Trading Brasil S.A. teve uma Receita Operacional Bruta de R\$ 7,1 bilhões e uma Receita Operacional Líquida de R\$ 6,3 bilhões em 2025, representando uma alta de 32,5% e 32,4% respectivamente se comparado ao ano anterior. O crescimento está relacionado principalmente ao aumento da base de clientes finais e do volume de energia vendida. Os custos do serviço * Valores não auditados pelos auditores independentes

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	851.354	709.217
Títulos e valores mobiliários	4	77.689	81.336
Contas a receber de clientes	5	952.557	713.314
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	23.507	15.569
Outros tributos compensáveis		37.484	2.587
Adiantamento a fornecedores	10	-	127
Instrumentos financeiros derivativos	19	21.269	25.584
Outros créditos		12.268	-
Total do ativo circulante		1.976.128	1.548.171
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos		1.930	-
Depósitos vinculados	11	6.898	-
Adiantamento a fornecedores	10	270.430	-
Tributos diferidos	17	132.428	-
Intangível	7	2.737	20.758
Total do ativo não circulante		439.622	20.758
Total do ativo		2.415.750	1.568.929
Passivo circulante			
Fornecedores	8	891.421	777.769
Obrigações por arrendamentos		36	-
Outras obrigações fiscais		29.269	41.862
Dividendos a pagar	12	-	25.059
Salários, provisões e encargos sociais		8.830	6.850
Cauções em garantias	9	4.773	3.883
Passivo de contrato	10	357.331	449.415
Outras obrigações		8.581	1.785
Total do passivo circulante		1.343.241	1.341.623
Passivo não circulante			
Obrigações por arrendamentos		2.816	-
Passivo de contrato	10	1.096.479	-
Tributos diferidos	17	-	3.138
Cauções em garantias	9	16.195	29.020
Provisões para processos judiciais	11	566	539
Total do passivo não circulante		1.116.056	32.697
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	12		
Capital social		60.280	54.271
Reserva de lucros		100.237	65.160
Dividendos adicionais propostos		-	75.178
Prejuízos acumulados		(204.064)	-
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(43.547)	194.609
Total do passivo		2.415.750	1.568.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais acumulados	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital (-) subscrito	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva para propósitos de capitalização			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	54.280	(9)	10.856	-	54.304	150.357	269.788
Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	100.237	100.237
Transações com os acionistas	-	-	-	-	-	(263.224)	(263.224)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(150.357)	(150.357)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(25.059)	(25.059)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	75.178	75.178
Saldo em 31 de dezembro de 2024	54.280	(9)	10.856	-	54.304	75.178	194.609
Resultado abrangente total:	-	-	-	-	-	-	-
Transações com os acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	6.000	-	-	-	(6.000)	-	-
Integralização de capital	-	9	-	-	-	-	9
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(75.178)	(75.178)
Dividendos propostos para capitalização	-	-	-	100.237	-	-	100.237
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	(10.856)	-	-	-	(10.856)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	(48.304)	-	-	(48.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	60.280	-	-	100.237	-	(204.064)	(43.547)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

e despesas operacionais atingiram um total de R\$ 6,7 bilhões no ano de 2025, representando uma alta de 44,7% se comparado ao ano de 2024. Os custos do serviço e despesas operacionais e consequentemente o desempenho econômico da Companhia, foram impactados por condições específicas do mercado de energia elétrica, bem como pela dinâmica de formação de seu portfólio de contratos de compra e venda de energia, que foi diretamente impactada pela alta volatilidade dos preços. Adicionalmente, eventos de natureza operacional relacionados à frustração de expectativa de geração de energia, associados a restrições sistêmicas de despacho e curtailment, exigiram a recomposição do portfólio mediante aquisição de energia no mercado em períodos de maior volatilidade e, em determinados momentos, a preços superiores àqueles originalmente considerados no planejamento comercial. Diante do exposto, o EBITDA apresentou uma redução de R\$ 527,8 milhões, que atingiu R\$ -405,9 milhões em 2025. O exercício de 2025 caracteriza-se por um período de transição do portfólio, marcado por um ambiente de mercado que apresentou mudanças relevantes e de rápida materialização. E por isso a companhia vem reforçando e revisando as práticas de gestão de risco do portfólio, reduzindo exposições e mitigando assimetrias entre preços. O resultado financeiro de 2025 apresentou uma receita líquida de R\$ 12,4 milhões, uma redução de R\$ 19,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 32,2 milhões); esta variação é decorrente de: (i) aumento de R\$ 14,7 milhões na rubrica de Atualização de cauções de garantias e (ii) aumento de R\$ 13,0 milhões na rubrica de Encargo financeiro sobre passivo de contrato. Tais efeitos foram parcialmente compensados por um aumento de R\$ 10,8 milhões nas receitas de aplicações financeiras em virtude de um maior caixa médio aplicado ao longo do ano de 2025. Em decorrência dos efeitos acima mencionados, Companhia encerrou o exercício de 2025 com prejuízo líquido de R\$ 263,2 milhões, representando uma redução de R\$ 363,4 milhões em comparação ao ano anterior. **5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

Accionistas	2025		2024	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

6. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DIVERSIDADE: A sustentabilidade faz parte da essência do nosso negócio. Produzimos 100% da nossa energia a partir de fontes renováveis e temos a meta usada de atingir o net zero até 2040. Esse compromisso orienta nossa estratégia de sustentabilidade e nos conecta aos desafios impostos aos nossos negócios, em especial a adaptação às mudanças climáticas e a transição energética justa. Para isso temos uma abordagem de relacionamento com nossos clientes, em especial os mais vulneráveis e comunidades próximas às nossas plantas, focada em proximidade, escuta e engajamento. Toda essa abordagem visa ainda uma gestão de riscos ESG (Environmental, Social and Governance), que se desdobra em processos e projetos de Sustentabilidade desenvolvidos. Nosso propósito é gerar, distribuir e comercializar energia, desenvolvendo projetos e soluções inovadoras que impulsionem a eletrificação limpa e enfrentem os desafios globais da transição energética de forma justa e acessível, sempre fundamentada em fontes renováveis. Todas as nossas iniciativas são guiadas pelo bem-estar da comunidade, pela preservação ambiental, pela ética e pela segurança das pessoas. Estamos alinhados às diretrizes do Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários e membros ativos, e contribuimos para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre eles, destacamos nosso compromisso com quatro: • ODS 7 - Energia Acessível e Limpa; • ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; • ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; • ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima. Para transformar nossas ambições em resultados, contamos com o Plano de Sustentabilidade, monitorado trimestralmente pelo Conselho de Administração, o mais alto órgão de governança da Enel Brasil. Nosso modelo de gestão e governança assegura que a sustentabilidade esteja presente em todas as decisões corporativas, tendo como base a adoção de indicadores ESG em toda a cadeia de valor. Esses indicadores não apenas reportam os resultados alcançados, mas também orientam nossas ações e antecipam decisões estratégicas em linha com nossos compromissos. Além disso, nossos projetos socioambientais integram os objetivos do Plano de Sustentabilidade, contribuindo para os ODS, reduzindo riscos e impactos das nossas atividades. O fortalecimento do crescimento sustentável. Em 2025 podemos destacar as ações abaixo, que contribuem para a mitigação de riscos e para o nosso crescimento sustentável: **Parceiro Responsável:** Programa com iniciativas para desenvolver e engajar fornecedores quanto aos objetivos e compromissos de sustentabilidade da Enel, em especial quanto à Agenda 2030 da ONU. Em 2025, tivemos a participação de 545 pessoas de 306 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Ética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas e Práticas de Descarbonização. O programa ainda contempla o reconhecimento dos fornecedores que apresentam as melhores práticas de sustentabilidade incentivando assim, o engajamento da cadeia de suprimentos com os compromissos de sustentabilidade da Enel e com o desenvolvimento sustentável das empresas. **Due Diligence de Direitos Humanos (DDHH):** Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDHH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Em 2025, a Enel finalizou a realização do seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível de 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção); Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado e concluído um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a consolidação de uma política interna

específica para identificar e tratar possíveis impactos socioambientais, envolvendo consultas às comunidades afetadas e o mapeamento de fornecedores com maior risco em direitos humanos, para monitoramento. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "SER - Sustentabilidade em Rede":** Em 2025, o programa SER - Sustentabilidade em Rede seguiu como um dos principais instrumentos de disseminação da cultura de sustentabilidade na Enel Brasil, estruturado nos pilares Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. Ao longo do ano, o programa registrou 2.180 participações em 6 atividades, superando a meta estabelecida e ampliando o engajamento interno em temas estratégicos da agenda ESG. As ações, conduzidas por especialistas internos, contribuíram para o fortalecimento de competências, a troca de conhecimentos e a incorporação da sustentabilidade aos processos de gestão e decisão. O SER reforça, assim, o compromisso da companhia com a transição energética, a centralidade das pessoas e a criação de valor sustentável no longo prazo. **Política de Equidade e outras informações relevantes** - art. 133, §6º: A Companhia adota e observa os princípios de equidade, diversidade e inclusão, com tratamento isonômico, proibição de discriminação e promoção de oportunidades, com base na Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertencimento do Grupo Enel. - Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos:

Função	2025	% em rel. ao total de colaboradores próprios	2024	% em rel. ao total de colaboradores próprios	Var.
Diretoria (Manager)	1	100%	0	0%	100%
Gerência (Manager)	10	56%	12	71%	-17%
Administrativo (White)	48	54%	62	55%	-23%
Produção (Blue)	-	-	-	-	-
Total	59	55%	74	57%	-20%

II - Quantidade e proporção de mulheres na administração da companhia Diretoria Estatutária:

Órgãos da Administração	2025	% em rel. ao total de colaboradores dos órgãos da Adm.	2024	% em rel. ao total de colaboradores dos órgãos da Adm.	Var.
Diretoria (Manager)	1	50%	1	50%	0%
Conselho de Administração - Efetivos	-	-	-	-	-
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	-	-	-	-	-
Total	1	-	1	-	0%

III - Demonstrativo de remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares:

Remuneração (Em R\$)	2025	2024	Var.
Remuneração Média Fixa Mulheres	12.463,65	11.207,40	11%
Remuneração Média Fixa Homens	12.414,26	10.947,99	13%
Remuneração Média Variável Mulheres	26.822,96	21.323,72	26%
Remuneração Média Variável Homens	24.122,98	18.345,59	31%
Remuneração Média Eventual Mulheres	-	-	-
Remuneração Média Variável Hmens	-	-	-

6. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES: ENEL BRASIL: 21º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética - Duplo reconhecimento: A Enel Brasil conquistou duas premiações no 21º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética (COBEE), promovido pela ABESCO (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia), reconhecendo o protagonismo da companhia em inovação, sustentabilidade e impacto social. • Categoria Iluminação Pública com ou sem Gestão e Serviços Integrados: Enel Distribuição Rio de Janeiro foi reconhecida pelo projeto desenvolvido em Maricá (RJ) entre 2020 e 2022, que substituiu 868 pontos de iluminação pública. A iniciativa gerou economia de 994 MWh/ano com investimento de R\$ 1,5 milhão, o que contribuiu para a modernização da infraestrutura urbana e o uso mais eficiente da energia. • Categoria Projeto Educacional: Enel Distribuição São Paulo foi premiada pelo projeto Enel Compartilha Energia nas Escolas, que se destacou nacionalmente por seu impacto social e uso de tecnologia inovadora. A ação beneficiou 190 mil alunos de 642 escolas e formou 3 mil professores como multiplicadores de práticas sustentáveis, sendo o primeiro projeto do setor elétrico brasileiro a utilizar realidade virtual e inteligência artificial em atividades educacionais sobre consumo consciente de energia. **PARAR Awards - Categoria "As Melhores Frotas do Brasil":** A Enel conquistou a 2ª posição no ranking As Melhores Frotas do Brasil, promovido pelo Instituto PARAR. A categoria reconhece as 20 melhores frotas do país em eficiência, inovação e gestão responsável. Os projetos foram avaliados de forma anônima por jurados do Instituto PARAR e da NAFA Fleet Management Association, a maior organização de gestores de frotas do mundo. Os critérios de avaliação incluíram inovação, sustentabilidade, segurança, eficiência operacional, uso de tecnologia e gestão de custos. **7. AGRADECIMENTOS:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2025 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados pela Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(263.224)	100.237
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.326	3.063
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - marcação a mercado	4.315	(2.451)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	19.960	(1.866)
Atualização monetária de processos judiciais	25	25
Provisões para processos judiciais	1	514
Juros sobre obrigações de arrendamento	367	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(135.566)	4.009
Aumento dos ativos		
Contas a receber de clientes	(259.203)	(252.779)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(7.938)	(15.689)
Outros tributos compensáveis	(34.897)	(876)

...continuação

ENEL TRADING BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

120 MW médios contratados. Essa modalidade de importação ainda não foi iniciada no Sistema Brasileiro. **1.1 Continuidade operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho econômico da Companhia foi significativamente impactado por condições específicas do mercado de energia elétrica e pela dinâmica de formação do seu portfólio de contratos de compra e venda de energia. Parte relevante dos contratos de compra de energia, principalmente aqueles celebrados com partes relacionadas, foi firmada em períodos anteriores, em ambientes de preços elevados, com atualização monetária por índices inflacionários. Em contrapartida, parcela relevante dos contratos de venda associados ao atendimento do portfólio de 2025 foi negociada em momentos posteriores, quando os preços de mercado se encontravam em patamares inferiores. Adicionalmente, eventos de natureza operacional relacionados à frustração da expectativa de geração de energia, associados a restrições sistêmicas de despacho e *curtailment*, exigiram a recomposição do portfólio mediante aquisição de energia no mercado em períodos de maior volatilidade e, em determinados momentos, a preços superiores aqueles originalmente considerados no planejamento comercial. Esses fatores, combinados, resultaram em compressão relevante das margens da Companhia no exercício, com impacto direto sobre o resultado operacional, capital de giro e estrutura patrimonial. **Medidas de mitigação e revisão da estratégia comercial:** A Administração revisou, ao longo de 2025, a estratégia de comercialização e gestão de risco do portfólio, passando a adotar premissas mais conservadoras na definição dos volumes de energia destinados à venda futura, considerando de forma explícita projeções de *curtailment* e maior dispersão de cenários hidrológicos e operacionais. Entre as principais medidas adotadas destacam-se: • revisão dos limites de exposição comercial por horizonte de entrega; • redução do volume de energia comprometido em vendas futuras; • reforço dos processos internos de projeção de geração e de simulação de estresse do portfólio; e • revisão de práticas de gestão de risco com foco na mitigação de assimetrias entre preços de compra e de venda em diferentes janelas de mercado. A Administração entende que os exercícios de 2025 e 2026 caracterizam-se como um período de transição do portfólio, refletindo decisões comerciais tomadas em ciclos anteriores e um ambiente de mercado que apresentou mudanças relevantes e de rápida materialização. **Avaliação de continuidade operacional:** Em decorrência dos impactos descritos acima, a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, balanço patrimonial com indicadores financeiros, incluindo capital circulante negativo e patrimônio líquido negativo. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente por, no mínimo, doze meses após a data-base das demonstrações financeiras, considerando, entre outros fatores: • a revisão da estratégia comercial e de gestão de risco já implementada; • a expectativa de redução estrutural da exposição do portfólio a recompras de energia em cenários adversos; • a perspectiva de normalização gradual das margens operacionais à medida que o portfólio de contratos firmados em condições menos favoráveis seja substituído por novas contratações; e • o histórico e a expectativa de suporte financeiro do grupo econômico ao qual a Companhia pertence, quando necessário. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que as demonstrações financeiras foram elaboradas no estado de continuidade operacional. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação: 2.1.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 19 de fevereiro de 2026. **2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração. **2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2025:** A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	As alterações estabelecem requisitos específicos para avaliar quando uma moeda não é conversível e como estimar a taxa de câmbio a utilizar, assim como as divulgações necessárias.	1º de janeiro de 2025

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, as quais estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor. As principais alterações estão descritas a seguir:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante. Requisitos de classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros - incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	1º de janeiro de 2026
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11 (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado. Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026
IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de hedge caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de hedge; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 19)	As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs @ Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios - eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.	1º de janeiro de 2027
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 10)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais: As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração sobre a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão

suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendo como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas. A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contêm informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas: Nota 5 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa; Nota 8 - Intangível; Nota 13 - Provisões para processos judiciais; Nota 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e Nota 21 - Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	134.512	47.499
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	376.882	358.175
Operações compromissadas	339.960	303.543
Total	851.354	709.217

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras, representadas principalmente por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média entre 100% e 97%, respectivamente (CDBs e operações compromissadas foram remuneradas, em média, 100,25 do CDI em 31 de dezembro de 2024). De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado, pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. **Redução ao valor recuperável:** todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 19). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos. **4. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento não exclusivos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Fundos de investimentos não exclusivos

	31.12.2025	31.12.2024
Total	77.669	81.336
	77.669	81.336

Fundos de Investimento não exclusivos, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em média, a 100,44% do CDI (104,22% do CDI em 31 de dezembro de 2024). **5. Contas a receber de clientes:** O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado por valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	Vencidos						Total	PECLD	31.12.2025	
	A	até de 61 a	de 91 de 181	de 181 a 360	mais de 360	de 360				
Contas a receber relacionadas	513.070	60 dias	90 dias	90 dias	180 dias	180 dias	2.900	517.681	(28.643)	489.038
Total	844.725	34.531	22.902	19.965	2.675	51.791	463.519	-	463.519	

	Vencidos						Total	PECLD	31.12.2024	
	A	até de 61 a	de 91 de 181	de 181 a 360	mais de 360	de 360				
Contas a receber relacionadas	429.918	60 dias	90 dias	90 dias	180 dias	180 dias	2.900	445.169	(8.683)	436.486
Total	670.164	45.504	70	1.781	865	3.320	276.828	-	276.828	

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. As transações de energia realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo não é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. **Uso de estimativas: Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"):** As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual. São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses* - ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a probabilidade de inadimplência ("*Probability of Default* - PD"), o percentual de perda esperada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default* - LGD") e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentados à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP). Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Nota	Contas a receber de clientes
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(10.549)
Provisões		(4.927)
Reversões		6.793
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(8.683)
Provisões	5.1	(20.325)
Reversões		365
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(28.643)

5.1 O aumento na PECLD no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está principalmente relacionado ao provisionamento de 100% das faturas de clientes com restrições comerciais e/ou jurídicas, no montante de R\$ 15.300 milhões. **6. Imposto de renda e contribuição social, líquidos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e a compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		
Imposto de renda	16.592	44.124
Contribuição social	1.891	14.296
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.024	4.006
Total	23.507	62.426

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda	-	(34.221)
Contribuição social	-	(12.636)
Total	23.507	15.569

7. Intangível: O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Uso de estimativas:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido. A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		Em curso		31.12.2025	31.12.2024
	Custo acumulado	Valor líquido	Custo	Total		
Custo incremental	31.163	(9.437)	21.726	-	21.726	17.695
Software	-	-	-	3.473	3.473	3.063
Total	31.163	(9.437)	21.726	3.473	25.199	20.758

O custo incremental está relacionado a custos incorridos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, vinculados aos contratos de venda de energia, assim como custos de obtenção de contratos de venda. Os custos ativados são variáveis e amortizados pelo prazo dos referidos contratos. Os custos na CCEE são obrigatórios para que a Companhia possa operar no âmbito de contratação livre - ACL, dessa forma foram enquadrados no CPC 47 - Receita de contrato com cliente. A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	Adições	Amortização	31.12.2025
Intangível em serviço				
Custo incremental	22.477	8.686	-	31.163
Amortização acumulada				
Custo incremental	(4.783)	-	(4.654)	(9.437)
Intangível em curso				
Software	3.064	409	-	3.473
Total	20.758	9.095	(4.654)	25.199
Intangível em serviço				
Custo incremental	13.795	8.682	-	22.477
Amortização acumulada				
Custo incremental	(1.720)	-	(3.063)	(4.783)
Intangível em curso				
Software	2.162	902	-	3.064
Total	14.237	9.583	(3.063)	20.758

A taxa de amortização que reflete a vida útil do ativo intangível, é a seguinte:

Administração	% (ano)
Custo incremental	41,67%

8. Fornecedores: A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Compra de energia		428.176	170.869
Compra de energia - partes relacionadas	20	423.612	482.762
Encargo de uso da rede		12	-
Total		851.800	653.631
Materiais e serviços		31.292	10.613
Materiais e serviços - partes relacionadas	20	8.329	113.525
Total		39.621	124.138
		891.421	777.769



...continuação

ENEL TRADING BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

9. Cauções e garantias: Como forma de cumprimento de garantias, a Companhia possibilita que os clientes depositem cauções relacionadas aos contratos de venda de energia que são mantidos até o final do contrato, quando o cliente tem a opção de reaver os valores caucionados atualizados pelo CDI, ou compensar com as últimas faturas de energia.

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	67.903	72.478
Adição	11.557	21.762
Baixa	(21.957)	(28.644)
Atualização	6.465	2.300
Saldo final	63.968	67.903
Circulante	47.773	38.883
Não circulante	16.195	29.020

10. Passivo de contrato: Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia fechou contratos de compra e venda de energia com o objetivo de equalizar o seu portfólio, minimizar exposições a diferenças de preços por submercados e comercializar lastro de energia incentivada e convencional. Essas operações refletem a atualização das expectativas para o balanço de energia dos anos seguintes, e são executadas após aprovações interna da estratégia. A prioridade é a atuação com contrapartes de baixo risco de crédito. Em dezembro de 2024 e em dezembro de 2025, aliada as operações para equalizar o portfólio de energia e considerando os riscos de crédito no mercado de comercialização de energia no Brasil, a Companhia realizou a liquidação financeira antecipada de algumas transações de grande porte, no âmbito de contrato de comercialização de energia, instrumento no qual estão previstas, em um mesmo acordo, operações simultâneas de compra e venda de energia entre as partes, com possibilidade de liquidação financeira pelo valor líquido das posições contratadas. Essa antecipação possibilitou também maior liquidez para a Companhia, e permitiu fazer face a obrigações potenciais a serem cobertas em definitiva aprovação, do plano financeiro dos anos subsequentes, 2025 e 2026 respectivamente. Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 1.453.810 (R\$ 449.415 em 31 de dezembro de 2024), refere-se ao saldo de adiantamento da contraprestação recebida correspondente ao pagamento integral de energia contratada pelo prazo de 2-3 anos, a contar da data da assinatura dos contratos de fornecimento de energia, assinados em 23 de dezembro de 2024 e em 28 de dezembro de 2025. Pela antecipação dos recursos em dezembro 2024, a Companhia incorreu em encargos financeiros no montante de R\$ 13.000 (vide nota explicativa nº 16). Com relação a antecipação realizada em dezembro de 2024, parte da receita operacional já foi reconhecida durante o exercício de 2025 referente ao fornecimento de energia que aconteceu ao longo do ano, porém ainda tem uma parte que se refere a fornecimento futuro. Com relação a antecipação realizada em dezembro de 2025, não foi reconhecida qualquer receita operacional, uma vez que não houve fornecimento de energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A receita de fornecimento de energia de ambas as antecipações é reconhecida quanto as obrigações de desempenho serem atendidas, ao longo do tempo, tomando por base o preço pactuado em contrato. A seguir a movimentação do passivo de contrato:

	Passivo de contrato
Antecipação recebida/concedida	449.415
Saldo em 31 de dezembro de 2024	449.415
Antecipação recebida/concedida	1.200.000
Baixa pelo fornecimento de energia	(195.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.453.810

Parte desses contratos envolve agentes que também mantêm relação comercial com a Companhia na condição de fornecedores de energia, em relação aos quais existem, em 31 de dezembro de 2025, adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 270.430, registrados no ativo não circulante. **11. Provisão para processos judiciais:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. **Uso de estimativas:** A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **11.1 Contingência com risco provável:** As provisões para processos judiciais e outros, estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	-	1	-	1	1	-
Cíveis	539	2	(1)	25	565	6.898
Total	539	3	(1)	25	566	6.898

	31.12.2023	Adição	Atualização monetária	31.12.2024
Cíveis	-	514	25	539
Total	-	514	25	539

Os casos cíveis englobam processos relacionados a pedidos de ressarcimento decorrentes de relações contratuais, bem como ações e arbitragem envolvendo contratos. **11.2 Contingência com risco provável:** A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	11.2.1	599	1.150
Cíveis	11.2.2	169.536	1.150
Total		170.135	1.150

11.2.1 Trabalhistas: No âmbito trabalhista, refere-se a 3 ações de empregados próprios, ingressadas em 2025, versando sobre reintegração e bônus comercial, os quais encontram-se em fase inicial, sem decisão ainda. **11.2.2 Cíveis:** A Companhia é parte em procedimento arbitral, pendente de assinatura do termo arbitral pelas partes e árbitros, desde 13 de outubro de 2025, em razão de suspensão das partes, o qual está suspenso até fevereiro de 2026. O procedimento discute a rescisão de contratos bilaterais de compra e venda de energia e foram apresentados pedidos de indenização por ambas as partes. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2025 referente ao procedimento arbitral é de R\$ 168.228. A Companhia classifica o risco de perda como possível. Os demais processos englobam pedidos de ressarcimento decorrente de relações contratuais. O montante atualizado até 31 de dezembro é de R\$ 1.308 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2024). **12. Patrimônio líquido:** **12.1 Capital social:** O capital social é de R\$ 60.280 em 31 de dezembro de 2025, totalmente integralizado (R\$ 54.290 em 31 de dezembro de 2024, parcialmente integralizado), em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024		
Quantidade	% de participação no capital	Quantidade	% de participação no capital	
Enel Brasil S.A.	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%
Total	5.280.312	100,00%	5.280.312	100,00%

Em 11 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aumento de capital social, no montante de R\$ 6.000, sem emissões de ações, integralizados através da capitalização parcial do saldo de reserva de reforço de capital de giro. **Dividendos propostos para capitalização:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reclassificou o saldo de dividendos a pagar de R\$ 100.237 para rubrica específica no patrimônio líquido (dividendos propostos para capitalização), refletindo a intenção da Administração e dos acionistas de capitalização desses valores, cuja formalização societária ocorreu em período subsequente, na data de 20 de fevereiro de 2026, conforme nota explicativa nº 21. A referida reclassificação não representa, na data-base, aumento de capital social. Por se tratar de transação relevante que não afetou o caixa, essa transação não foi apresentada na demonstração dos fluxos de caixa. **12.2 Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. **12.3 Reserva de reforço de capital de giro:** O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 18 do estatuto social da Companhia. **12.4 Destinação do resultado:** O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais. Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(263.224)	100.237
(+) Absorção da reserva de reforço de capital de giro	49.850	-
(+) Absorção da reserva legal	10.856	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado	(204.064)	100.237
Dividendo mínimo obrigatório	-	(25.059)
Dividendo adicional proposto	-	(75.178)
Saldo prejuízos acumulados	(204.064)	-

Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024: Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGO/E realizada em 11 de abril de 2025 foram aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando que a Companhia registrou lucro líquido ajustado, no exercício de 2024 no montante de R\$ 100.237, tendo sido destinado o montante de R\$ 25.059 para pagamento do dividendo obrigatório e R\$ 75.178 a título de dividendos adicionais propostos. **12.5 Dividendos:** A movimentação dos dividendos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é como segue:

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial		25.059	14.919
Efeito não caixa		-	-
Dividendos adicionais propostos		75.178	150.357
Dividendo mínimo obrigatório		-	25.059
Proposta de capitalização de dividendos	12.1	(100.237)	-
Efeito caixa		-	-
Dividendos pagos		-	(165.276)
Saldo final		25.059	14.919

13. Resultado por ação: A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. A tabela a seguir apresenta o resultado básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Nota	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(263.224)	100.237
Número de ações (média ponderada)	14	5.280.312	5.280.312
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		(49.8501)	18.9832

14. Receita líquida: As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de desempenho é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2025	2024
Receita de comercialização de energia	16.1	5.328.126	4.275.537
Receita de comercialização de energia - partes relacionadas	16.1 e 120	1.082.555	768.701
Mercado de curto prazo	16.2	664.978	290.447
Perda (ganho) com compra e venda a termo de energia		(4.331)	2.452
Receita operacional bruta		7.071.343	5.337.137
Deduções da receita		-	-
COFINS		(526.348)	(392.966)
PIS		(243.509)	(184.299)
ISS		(16)	-
Total deduções da receita		(769.873)	(577.265)
Exportação de energia		-	-
Receita com exportação de energia	16.3	8.928	-
Custo com exportação de energia		(8.160)	-
Total importação de energia		768	-
Total		6.302.238	4.759.872

14.1 Receita de comercialização de energia: As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo. **14.2 Mercado de curto prazo:** As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo

da contraprestação a receber, liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica. **14.3 Exportação de energia:** As receitas de exportação de energia decorrem das atividades do agente exportador para atendimento da demanda de países vizinhos, por meio de excedentes de geração em regime de vertimento turbinável (EVT) e de usinas termoeletricas despachadas pelo ONS, disponíveis e não utilizadas pelo SIN. As receitas são reconhecidas no momento da entrega da energia no centro de gravidade dos países destinatários, com base nos montantes apurados pelo ONS e nos preços definidos em ofertas comerciais formalizadas em acordos bilaterais. Como agente exportador, a Companhia apresenta o resultado líquido das operações, deduzidos os custos de exportação e encargos previstos nas Portarias MME nº 49/2022 e nº 86/2024. **15. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas):**

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(23.877)	(14.313)	-	-	(38.190)
Material		(1.546)	(2)	-	-	(1.548)
Serviços		(3.686)	(1.945)	-	-	(5.631)
Serviços - partes relacionadas	20	(443)	(102)	-	-	(545)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.124.130)	-	-	-	(2.124.130)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	20	(4.508.211)	-	-	-	(4.508.211)
Depreciação e amortização		(4.654)	(672)	-	-	(5.326)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(19.960)	-	(19.960)
Provisões para processos judiciais		-	(2)	-	-	(2)
Outras despesas operacionais		(572)	(5.236)	-	(4.103)	(9.912)
Total		(6.667.119)	(22.273)	(19.960)	(4.103)	(6.713.455)

	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Outras receitas operacionais	Total
Pessoal		(21.053)	(14.582)	-	-	(35.635)
Material		(1.057)	(18)	-	-	(1.075)
Serviços		(3.038)	(17.969)	-	-	(21.007)
Serviços - partes relacionadas	20	(811)	(2.300)	-	-	(3.111)
Energia elétrica comprada para revenda		(935.071)	-	-	-	(935.071)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	20	(3.640.425)	-	-	-	(3.640.425)
Aluguéis e arrendamentos		-	(102)	-	-	(102)
Depreciação e amortização		(3.063)	-	-	-	(3.063)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	1.866	-	1.866
Provisões para processos judiciais		-	(514)	-	-	(514)
Outras receitas (despesas) operacionais		(7)	(3.344)	-	500	(2.851)
Total		(4.604.525)	(38.829)	1.866	500	(4.640.988)

16. Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras		-	-
Renda de aplicações financeiras		41.350	30.523
Juros e atualização monetária de mercado de curto prazo		1.325	1.925
Atualização de créditos tributários		1.964	-
Outras receitas financeiras		2.186	3.537
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(2.177)	(1.623)
Total		44.648	34.312

	2025	2024
Variação monetária de processos judiciais e outros	(25)	(25)
Atualização de impostos e multas	(54)	(74)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(2.476)	(99)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(587)	(453)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(367)	-
Despesas bancárias	(5)	(546)
Atualização de cauções de garantias	(14.661)	-
Encargo financeiro sobre passivo de contrato	(13.000)	-
Outras despesas financeiras	(1.048)	-
Total	(32.223)	(1.197)

17. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro corrente e social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2025	2024
Imposto de renda	(5)	(9)
Contribuição social	(38.580)	(37.394)
Imposto de renda	(37.394)	(37.394)
Contribuição social	(9)	(896)
Total	12.434	32.219

Composição dos tributos no resultado:

	2025	2024
Na rubrica de tributos		
Correntes	(5)	(2)
Diferidos	96.986	38.580
Total	96.981	38.578

Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:

Resultado antes dos tributos	(398.783)	(398.783)	151.103	151.103
Adições:				
Outras despesas indedutíveis	62	62	1.099	1.099
Incentivos fiscais	-	-	(2.530)	(2.510)
Total das adições	62	62	(1.431)	(1.411)
Base de cálculo	(398.721)	(398.721)	149.672	149.692
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	99.680	35.885	(37.394)	(13.472)
Feito de ajuste da apuração de 2024	(2.699)	2.693	-	-
Total	96.981	38.578	(37.394)	(13.472)
Alíquota efetiva	24,32%	9,67%	24,75%	8,92%

(b) Imposto Diferido: Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal. O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais 31.12.2025	Balancos patrimoniais 31.12.2024	Resultado 2025	Resultado 2024
--	----------------------------------	----------------------------------	----------------	----------------

...continuação

ENEL TRADING BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

Natureza da operação	Vigência	31.12.2025 Ativo (passivo)	31.12.2024 Ativo (passivo)	2025 Receitas (despesas)	2024 Receitas (despesas)
Compras/venda de energia					
Enel Green Power Cumaru Solar 04 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.169)	(3.539)	(30.103)	(38.907)
Enel Green Power Cumaru Solar 05 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.101)	(1.788)	(22.146)	(20.957)
Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	2.456	(900)	(22.674)	(21.022)
Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	(854)	(223)	(7.971)	(5.272)
Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	8.327	6.949	(24.952)	(22.228)
Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	5.518	7.053	(27.914)	(23.699)
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	6.148	7.316	1.395	3.235
Enel Green Power Emiliania Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	1.942	738	(7.229)	(4.305)
Enel Green Power Esperança 16 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.915)	(7.101)	(31.606)	(41.742)
Enel Green Power Esperança 21 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.257)	(3.238)	(36.828)	(35.607)
Enel Green Power Esperança 22 S.A.	Até dezembro de 2027	27.210	13.371	(44.526)	(39.785)
Enel Green Power Esperança 25 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.014)	(1.934)	(25.761)	(24.600)
Enel Green Power Esperança 26 S.A.	Até dezembro de 2027	939	(3.546)	(34.521)	(44.629)
Enel Green Power Fonte dos Ventos 02 S.A.	Até dezembro de 2027	16.470	(3.094)	(27.698)	(33.142)
Enel Green Power Fonte dos Ventos 03 S.A.	Até dezembro de 2027	20.083	(2.828)	(28.777)	(43.179)
Enel Green Power Joana Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	(2.759)	51	(22.044)	(9.658)
Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	-	-	(18.581)	(12.654)
Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	(2.767)	-	(22.127)	(10.065)
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	4.589	944	(14.218)	(8.296)
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	4.354	743	(19.999)	(12.057)
Enel Green Power Paranapanema S.A.	Até dezembro de 2027	(203)	(343)	(6.901)	(5.165)
Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	-	-	(20.392)	(13.501)
Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	-	-	(24.030)	(15.282)
Enel Green Power Salto Apiaçás S.A.	Até dezembro de 2027	(30)	-	48	148
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	(2.053)	(924)	(32.937)	(27.645)
Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Até dezembro de 2027	(1.700)	(1.640)	(20.539)	(19.782)
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Até dezembro de 2027	(1.721)	(1.647)	(20.716)	(19.914)
Enel Green Power São Gonçalo 01 S.A.	Até dezembro de 2027	4.614	(1)	(3.286)	(3.005)
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Até dezembro de 2027	312	2.864	(7.414)	(6.365)
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Até dezembro de 2027	(1.721)	(1.647)	(20.716)	(19.913)
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Até dezembro de 2027	(1.742)	(1.653)	(20.902)	(20.043)
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.258)	(2.156)	(27.945)	(26.790)
Enel Green Power São Gonçalo 15 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.258)	(2.156)	(27.944)	(26.795)
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.258)	(2.156)	(27.945)	(26.794)
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.258)	(2.156)	(27.944)	(26.794)
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.224)	(2.128)	(27.566)	(26.364)
Enel Green Power São Gonçalo 02 S.A.	Até dezembro de 2027	(215)	1.015	(6.050)	(5.248)
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	Até dezembro de 2027	(130)	1.063	(5.217)	(4.629)
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	Até dezembro de 2027	3.597	1.063	(5.271)	(4.745)
Enel Green Power São Roque 03 S.A.	Até dezembro de 2027	5.812	(112)	(3.599)	(3.358)
Enel Green Power São Roque 04 S.A.	Até dezembro de 2027	1.551	482	(7.834)	(6.622)
Enel Green Power São Roque 05 S.A.	Até dezembro de 2027	(720)	(760)	(10.185)	(8.296)
Enel Green Power São Roque 06 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.176)	(1.127)	(27.766)	(22.593)
Enel Green Power Taçaico Eólica S.A.	Até dezembro de 2027	(2.399)	-	(19.189)	(9.148)
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.322)	(9.369)	(39.010)	(36.596)
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.434)	(9.582)	(40.399)	(37.258)
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.997)	(8.518)	(35.272)	(27.615)
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.339)	(6.388)	(27.181)	(18.086)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 1 S.A.	Até dezembro de 2027	18.190	9.767	9.858	6.533
Enel Green Power Ventos Santa Angela 2 S.A.	Até dezembro de 2027	7.074	1.160	9.582	6.680
Enel Green Power Ventos Santa Angela 3 S.A.	Até dezembro de 2027	10.203	6.867	9.525	6.899
Enel Green Power Ventos Santa Angela 4 S.A.	Até dezembro de 2027	6.935	9.668	9.701	6.309
Enel Green Power Ventos Santa Angela 5 S.A.	Até dezembro de 2027	13.547	8.737	7.486	6.938
Enel Green Power Ventos Santa Angela 6 S.A.	Até dezembro de 2027	13.537	8.505	9.518	6.553
Enel Green Power Ventos Santa Angela 7 S.A.	Até dezembro de 2027	4.293	6.304	291	6.070
Enel Green Power Ventos Santa Angela 8 S.A.	Até dezembro de 2027	12.511	7.793	9.887	6.404
Enel Green Power Ventos Santa Angela 9 S.A.	Até dezembro de 2027	12.339	10.750	(1.416)	(1.218)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 10 S.A.	Até dezembro de 2027	15.850	7.978	1.119	(867)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 11 S.A.	Até dezembro de 2027	3.197	7.814	842	(2.346)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 12 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.464)	(2.012)	(25.784)	(26.998)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 13 S.A.	Até dezembro de 2027	3.274	(586)	(20.436)	(22.908)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 14 S.A.	Até dezembro de 2027	17.786	11.069	3.019	947
Enel Green Power Ventos Santa Angela 15 S.A.	Até dezembro de 2027	17.564	8.092	253	(877)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 16 S.A.	Até dezembro de 2027	7.677	4.352	(22.913)	(22.859)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 17 S.A.	Até dezembro de 2027	21.685	16.639	(3.343)	(3.332)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 18 S.A.	Até dezembro de 2027	519	5.688	(21.165)	(23.033)
Enel Green Power Ventos Santa Angela 19 S.A.	Até dezembro de 2027	11.368	7.457	9.120	7.059
Enel Green Power Ventos Santa Angela 20 S.A.	Até dezembro de 2027	6.772	2.597	7.972	6.059
Enel Green Power Ventos Santa Angela 21 S.A.	Até dezembro de 2027	8.361	2.263	7.798	6.462
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 08 S.A.	Até dezembro de 2027	556	80	(22.084)	(20.694)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 13 S.A.	Até dezembro de 2027	1.184	1.861	(8.570)	(7.098)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 15 S.A.	Até dezembro de 2027	19.083	12.137	(23.667)	(20.927)
Enel Green Power Ventos Santa Esperança 17 S.A.	Até dezembro de 2027	2.816	1.661	(19.205)	(17.339)
Enel Green Power Zeus II - Delfina VIII S.A.	Até dezembro de 2027	13.012	11.685	8.289	7.805
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Até dezembro de 2027	(12.390)	(20.865)	(55.344)	(51.520)
Enel Green Power Aroeira 02 S.A.	Até dezembro de 2027	(8.464)	(16.272)	(50.744)	(47.389)
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.	Até dezembro de 2027	(9.457)	(17.386)	(51.767)	(48.196)
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.	Até dezembro de 2027	(8.157)	(15.701)	(48.880)	(45.494)
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.	Até dezembro de 2027	(20.021)	(21.123)	(45.359)	(43.192)
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.	Até dezembro de 2027	(11.097)	(18.105)	(44.913)	(41.769)
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.	Até dezembro de 2027	(7.965)	(15.130)	(47.156)	(43.594)
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.	Até dezembro de 2027	(10.774)	(11.972)	(46.814)	(45.854)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até dezembro de 2027	(55.302)	(61.399)	(817.802)	(690.174)
Enel Green Power Mourão S.A.	Até dezembro de 2027	(305)	(73)	(2.791)	(1.498)
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.816)	(2.052)	(40.500)	(35.747)
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.290)	(3.336)	(35.580)	(43.329)
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.942)	(9.477)	(34.554)	(28.547)
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.224)	(3.030)	(33.902)	(40.029)
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.017)	(13.689)	(35.451)	(32.713)
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.019)	(9.659)	(35.171)	(31.927)
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.092)	(8.731)	(36.316)	(33.564)
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.	Até dezembro de 2027	1.138	(3.456)	(32.315)	(46.912)
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.397)	(3.226)	(36.275)	(42.007)
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.	Até dezembro de 2027	(3.182)	(29.173)	(37.320)	(29.123)
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.	Até dezembro de 2027	(2.938)	(2.995)	(31.925)	(38.715)
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.	Até dezembro de 2027	923	(2.827)	(23.019)	(36.951)
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.	Até dezembro de 2027	(7.250)	(5.908)	(32.608)	(28.816)
Enel Green Power Volta Grande S.A.	Até dezembro de 2027	(10.996)	(7.146)	(119.749)	(96.970)
Isamu Ikeda Energia S.A.	Até dezembro de 2027	(1.698)	(1.373)	(15.404)	(12.645)
Quatara Energia S.A.	Até dezembro de 2027	(646)	(240)	(7.150)	(4.506)
Socibe Energia S.A.	Até dezembro de 2027	(1.319)	(1.038)	(14.404)	(11.652)
Primavera Energia S.A.	Até dezembro de 2027	-	-	65	35
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda.	Até dezembro de 2027	(6.435)	(10.418)	(32.517)	(15.584)
Usina Fotovoltaica Arinos E 12 Ltda.	Até dezembro de 2027	(6.435)	(10.418)	(32.517)	(15.584)
Usina Fotovoltaica Arinos E 13 Ltda.	Até dezembro de 2027	(5.294)	(9.277)	(32.513)	(13.236)
Usina Fotovoltaica Arinos E 14 Ltda.	Até dezembro de 2027	(5.294)	(9.277)	(32.513)	(13.222)
Usina Fotovoltaica Arinos E 15 Ltda.	Até dezembro de 2027	(6.547)	(10.571)	(32.505)	(6.877)
Usina Fotovoltaica Arinos E 16 Ltda.	Até dezembro de 2027	(9.009)	(10.390)	(32.505)	(6.861)
Usina Fotovoltaica Arinos E 17 Ltda.	Até dezembro de 2027	(6.948)	(10.994)	(32.505)	(11.339)
Usina Fotovoltaica Arinos E 21 Ltda.	Até dezembro de 2027	(3.367)	(7.391)	(32.608)	(6.739)
Usina Fotovoltaica Arinos E 22 Ltda.	Até dezembro de 2027	(2.728)	(5.416)	(32.608)	(3.298)
Usina Fotovoltaica Arinos E 23 Ltda.	Até dezembro de 2027	(2.750)	(5.908)	(32.608)	(2.816)
Usina Fotovoltaica Arinos E 24 Ltda.	Até dezembro de 2027	(2.362)	(4.239)	(28.004)	(6.413)
Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda.	Até dezembro de 2027	(12.457)	(12.457)	(46.604)	(17.965)
Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	Até dezembro de 2027	(13.867)	(13.867)	(58.379)	(21.680)
Usina Eólica Pedra Pintada C Ltda.	Até dezembro de 2027	(10.812)	(10.812)	(45.694)	(17.785)
Usina Eólica Pedra Pintada B Ltda.	Até dezembro de 2027	(12.175)	(12.175)	(51.192)	(18.997)
Apiacás Energia S.A.	Até dezembro de 2027	(110)	-	(1.067)	(2.581)
Usina Fotovoltaica São Francisco Ltda.	Até dezembro de 2027	20.854	-	-	-
Enel Green Power Cabeço do Boi S.A.	Até dezembro de 2027	-	-	65	-
Enel Green Power Fazenda S.A.	Até dezembro de 2027	-	-	65	-
Total		23.460	(326.720)	(3.555.762)	(2.986.925)
Suprimento de energia - CCEAR					
Ampla Energia e Serviços S.A.	Até dezembro de 2027	1.008	1.103	14.710	12.856
Companhia Energética do Ceará S.A.	Até dezembro de 2027	4.412	4.524	55.949	52.580
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até dezembro de 2027	5.062	4.310	59.447	50.069
Total		10.482	9.937	130.106	115.205
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura					
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Até março de 2029	(359)	(1.023)	(663)	(661)
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Até março de 2029	(69)	(63)	(6)	(63)
Total		(428)	(1.086)	(669)	(724)
Compartilhamento de recursos humanos expatriados					
Enel Global Trading SPA	Até dezembro de 2026	(5.386)	(5.251)	5.265	(2.300)
Total		(5.386)	(5.251)	5.265	(2.300)
Serviços de informática					
Inversora Condensa S.A.	Até dezembro de 2026	(299)	(746)	(443)	(811)
Enel Global Trading S.p.A.	Até dezembro de 2025	-	-	(5.366)	-
Total		(299)	(746)	(5.809)	(811)
Acordo compensação financeira					
Usina Fotovoltaica São Francisco Ltda.	Até setembro de 2024	3.320	3.320	-	-
Total		3.320	3.320	-	-
Total		31.149	(320.546)	(3.426.869)	(2.875.555)

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruítoras em relação à fruição de "Utilidades comuns", definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes. **Compra e venda de energia:** Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), observando-se os preços e condições usuais de mercado. **Suprimento de energia - CCEAR:** Os contratos de suprimento de energia - CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. **Remuneração dos Administradores:** Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2025 (R\$ 649 em 31 de dezembro de 2024). **19. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** Considerações gerais: A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando

manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações finance

...continuação

ENEL TRADING BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 30.248.458/0001-25

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da Enel Trading Brasil S.A. - Rio de Janeiro RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Trading Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Trading Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

www.enel.com.br



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>